

IDEOLOGIA, ALINHAMENTO PARTIDÁRIO E ADESÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS AO PROINFANCIA¹

Letícia Maria Schabbach (UFRGS)

RESUMO ORIGINALMENTE ENVIADO AO 10º CONGRESSO DA ABCP - 2016

Questão central no âmbito das relações intergovernamentais e políticas públicas, a adesão dos municípios a programas estaduais ou federais depende, por um lado, dos objetivos da própria política e sua adequação aos interesses locais, além das estratégias de indução e dos incentivos oferecidos aos executores. Por outro lado, também interferem as características demográficas, socioeconômicas, políticas e de capacidade institucional dos municípios (ARRETCHE, 1999, SOUZA, 2004, BERMAN, 2007).

Neste trabalho avaliamos a influência das variáveis “ideologia do partido do prefeito” e “alinhamento do partido do prefeito à coalizão federal” nas chances de as Prefeituras aderirem ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA). Este Programa, instituído em 2007, disponibiliza assistência financeira aos municípios brasileiros e ao Distrito Federal, para a construção, reforma, aquisição de equipamentos e mobiliários de/para creches e pré-escolas da rede pública de ensino.

Quanto à primeira variável, supõe-se que os partidos de esquerda priorizem os grupos mais vulneráveis e defendam um Estado mais ativo que regule o mercado e utilize os recursos públicos para corrigir desigualdades (ARVATE; AVELINO; LUCINDA, 2008). Assim, supõe-se que os municípios cujo partido do prefeito é do campo da esquerda recorram mais ao PROINFANCIA.

Quanto à segunda variável, entende-se que prefeitos de partidos alinhados à coalizão partidária do governo federal (partidos que ocupam ministérios, conforme Amorim Neto, 2000) são a base de apoio para a implementação de políticas sociais, a partir das quais podem obter recursos e dividendos políticos. Desta forma, as transferências e repasses de recursos federais não têm caráter redistributivo, servindo como canal político entre os diversos níveis do executivo, cujos representantes buscam expandir os seus recursos, especialmente nos anos eleitorais (VIEIRA; ARVATE, 2008).

Na pesquisa foi realizado levantamento de dados secundários em diversas fontes, referentes a 3.791 municípios brasileiros. Para identificar as chances de adesão ao PROINFANCIA no período 2009-2012, realizamos regressão logística, cujo modelo apresentou significância estatística (menor do que 0,05).

Concluiu-se que o alinhamento do partido do prefeito à coalizão federal representou um fator indutor das chances de adesão ao PROINFANCIA naquele período, e não interferiu o fato de o partido ser de esquerda. As seguintes variáveis também influenciaram positivamente a participação no Programa: % de crianças de 0 a 5 anos; índice de Theil; influência externa do município; receita tributária; mortalidade infantil; e densidade populacional.

Observação: em relação a esse resumo enviado ao 10º Encontro da ABCP, ampliamos o período de análise da adesão dos municípios ao PROINFANCIA, de 2007 a 2012, bem como incluímos a dimensão das “capacidades estatais” como um fator que influencia a participação dos municípios junto ao PROINFANCIA.

¹ Este estudo amplia o trabalho apresentado em coautoria com Marília Ramos na Reunião da ANPOCS de 2013, cujo escopo abrangia os municípios do estado do Rio Grande do Sul. Ver: Schabbach e Ramos (2013).

1 - INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) integra uma série de iniciativas do governo federal que visam reduzir o *déficit* de vagas em creches e escolas de educação infantil para crianças de até cinco anos no Brasil. Tais iniciativas envolvem a promulgação de leis infraconstitucionais, a implantação de programas públicos e a criação de estruturas específicas – e vêm ampliando a incorporação dessas crianças ao sistema educacional, alterando o caráter assistencialista até então vigente (ROSEMBERG; ARTES, 2012, BARBOSA *et al.*, 2012). Neste processo, dois grupos de programas federais podem ser destacados: a) programas específicos para a educação infantil (como é o caso do PROINFANCIA, da implantação de padrões de qualidade no atendimento, especialmente no tocante à infraestrutura física e pessoal, bem como da criação de instrumentos avaliativos do atendimento, como os “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil”, elaborados pelo MEC em 2009), b) programas preexistentes que recentemente incorporaram esta etapa de ensino entre as suas prioridades (a exemplo das adaptações no transporte escolar, da alimentação adequada nas creches e pré-escolas, da literatura infantil e livros didáticos voltados às crianças pequenas, da formação específica de professores, etc.)

A universalização do acesso e a ampliação da oferta pública em educação infantil são prioridades inseridas nos planos nacionais de desenvolvimento da educação, desde 2001 (BRASIL, 2001, 2014), e estão previstas na Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009), emenda que foi oficializada pela Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013). Enquanto a EC nº 59 prescreveu a universalização do atendimento em educação infantil às crianças entre quatro e cinco anos de idade e a garantia de atendimento de 50% da demanda correspondente às crianças de zero até três anos de idade, a Lei Federal Nº 12.796 transformou as metas daquela emenda em prioridades a serem atingidas até 2016.

Tomando-se os dados do último censo demográfico, em 2010 em torno de 80% das crianças de 4 e 5 anos frequentavam escola e 23% das de 0 a 3 anos de idade. Assim, para atingirem a meta prevista na legislação mais recente (EC 59 e Lei Federal 12.796/2013), os municípios brasileiros precisam providenciar, até o final do presente ano, mais 2.893.503 vagas para crianças de 0 a 3 anos (a fim de atingir 50% da demanda) e 1.154.572 vagas para crianças de 4 e 5 anos (de forma a atingir 100% da demanda).

Podemos acreditar que, em meio a esta situação, a obrigatoriedade legal de ampliação da oferta de vagas para crianças de zero a cinco anos, recentemente regulamentada (BRASIL, 2013), tornou-se um forte elemento indutor da busca por recursos federais pelas prefeituras

municipais, em especial daquelas sem disponibilidade de recursos fiscais². Não obstante, consideram-se outras estratégias que as prefeituras municipais lançam mão para ampliar o atendimento, que vão desde utilizar os próprios recursos para a construção de escolas infantis e/ou a ampliação das matrículas, até a compra de vagas em escolas infantis da rede privada existentes no município.

Neste contexto, é promulgado o PROINFANCIA³, através da Resolução Nº 6 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 24 de abril de 2007 (BRASIL.MEC.FNDE,2007), posteriormente regulamentada pela Lei Federal Nº 6.494, de 30 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), tendo como público alvo as crianças entre zero e cinco anos de idade. O FNDE é o órgão técnico do Ministério da Educação (MEC) que acompanha o processo de contratação e libera os recursos aos municípios.

Por meio deste Programa, o governo federal destina recursos financeiros às prefeituras municipais (e ao Distrito Federal) para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas. Ele prevê, ainda, a capacitação dos gestores e professores sobre a temática da educação infantil e sobre metodologia de elaboração de projetos.

Dentro do contexto sucintamente repertoriado acima coloca-se o problema da nossa pesquisa: O que leva os municípios a aderirem a políticas formuladas por outra esfera governamental? E, em específico, o que explica a sua participação no PROINFANCIA?

O objetivo geral do estudo foi conhecer quais as características municipais (socioeconômicas, demográficas, situação educacional, capacidade fiscal da Prefeitura, investimento municipal em educação geral e infantil (capacidades estatais), ideologia do partido do prefeito e alinhamento com a coalizão partidária do governo federal) condicionaram a participação de municípios brasileiros no Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), que destina auxílio financeiro aos municípios para a construção e a

² Os dirigentes municipais de educação, em pesquisa realizada nacionalmente (BARBOSA *et al.*, 2012), acreditam em sua maioria (89%) que poderão implementar a obrigatoriedade de pré-escola para 4 e 5 anos, no sentido de cumprir a legislação. Em relação aos diretores de escolas entrevistados, a proporção dos que afirmaram que podem garantir o atendimento das necessidades locais, dependendo da infraestrutura e do quantidade de professores necessários foi menor do que os secretários municipais, atingindo 63%. Portanto, os últimos são relativamente mais céticos quanto às possibilidades efetivas de atingimento da meta de universalização da educação infantil dos 4 aos 5 anos.

³ As informações sobre o PROINFANCIA foram obtidas em: BRASIL (2007); BLOG DO PLANALTO (2011); ALMEIDA (2011); MEC MUDA CRITÉRIOS... (2011); e nos portais do MEC (<http://portal.mec.gov.br>), do FNDE (<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>) e do SIMEC (<http://painel.mec.gov.br>).

equipagem de escolas públicas de educação infantil. Adicionalmente, pretendemos: a) consolidar as informações sobre a participação dos municípios no PROINFANCIA (quanto ao 1º projeto encaminhado), no período 2007 a 2016, uma vez que elas se encontram dispersas em diferentes sistemas e de forma descontínua (por exemplo, no Portal da Transparência dos Recursos Federais, no SIMEC e em Relatórios do MEC/FNDE disponibilizados na *web*); b) acessar os dados e construir indicadores com as variáveis pertinentes para os 5.566 municípios brasileiros; c) diferenciar adesões de prefeituras antes e na vigência do Plano de Aceleração do Crescimento II (PAC2); d) identificar outros fatores que poderiam estar incidindo sobre a decisão das prefeituras em aderir ou não ao PROINFANCIA.

As hipóteses de trabalho que orientaram a investigação são detalhadas a seguir.

- Conforme autores da área de políticas públicas (BERMAN, 2007, ARRETCHE, 1999, ARRETCHE; MARQUES, 2002, SOUZA, 2004), as características dos municípios e de suas prefeituras explicam, em parte, a sua participação em programas federais. Outra parte da explicação, também salientada pelos autores, deve-se às regras e metas previstas na legislação vigente, à natureza da política, à estratégia de indução e incentivos propostos pela esfera governamental superior, bem como à aproximação entre os objetivos programáticos do governo federal e os interesses locais.

- Entre as características municipais destacamos: as capacidades estatais, a ideologia e o alinhamento partidário com o governo federal (considerando-se o partido do prefeito), bem como o contexto socioeconômico e demográfico, no seguinte sentido:

- Capacidades estatais, ideologia e alinhamento à coalizão federal: supõe-se que os municípios com valores mais elevados de capacidades estatais e cujo partido do prefeito é de esquerda e/ou alinhado com o governo federal, têm maiores chances de adesão ao PROINFANCIA do que os demais.

- Contexto socioeconômico e demográfico – os aspectos socioeconômicos e demográficos também interferem na adesão ao PROINFANCIA, com base na argumentação que apresentaremos no item 2, a seguir.

Assim, esta pesquisa permitiu identificar aspectos relevantes, por exemplo: a) se o Programa está sendo implantado em espaços sociais com maior demanda e menor oferta em educação infantil; b) se as desigualdades municipais pesam na participação (ou não) das Prefeituras; c) como a implementação do PROINFANCIA vem intensificando as relações entre os entes federados e suas competências no âmbito da educação infantil.

Ademais, o estudo representa uma importante contribuição à área acadêmica de políticas públicas, principalmente porque aborda uma das questões mais críticas da

implementação de políticas que pressupõem a intensificação das relações intergovernamentais: a adesão dos governos locais aos programas federais. Ou seja, um *trade-off* (situação de escolha entre opções conflitantes) inerente à macro-implementação de políticas públicas (BERMAN, 2007), onde se espera que os programas formulados em nível superior de governo sejam implementados localmente. Processo este que contempla uma série de níveis e estágios de tomada de decisão, ao longo dos quais as políticas públicas são reformuladas e atualizadas (LOTTA, 2012).

1.1 Como funciona o PROINFANCIA

Para se inserirem no PROINFANCIA, as prefeituras devem elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR), que é uma ferramenta de planejamento criada pelo MEC, dentro do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” (instituído em 2007) a fim de auxiliar as secretarias estaduais e municipais no planejamento das ações educacionais. A participação no PAR é voluntária, e faz com que municípios e estados avaliem os seus problemas na rede de ensino, reportem-nos ao MEC e recebam assistência técnica e recursos para eventuais mudanças. Esta avaliação envolve quatro áreas: gestão educacional, formação de professores e de profissionais de serviços e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura física e recursos pedagógicos. Para o preenchimento do instrumento, o MEC oferece um roteiro com pontuação de um a quatro, tabelas com dados demográficos e do Censo Escolar e informações sobre o preenchimento dos quadros. Depois de enviado, é feita uma análise técnica pela Secretaria de Educação Básica do MEC e FNDE. Após, o município assina um termo de cooperação, que detalha a participação do MEC através de aconselhamento técnico e/ou assistência financeira. Quando houver transferência de recursos, em um momento posterior o município assina um convênio, que pode ser acessado pelo portal da transparência dos recursos federais. O MEC fiscaliza a aplicação dos recursos através do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e técnicos visitam os municípios periodicamente para acompanhar a execução dos programas. Consultores e assistentes técnicos da UNESCO, ONGs e Universidades federais também participam do processo. O IDEB serve como parâmetro para avaliar possíveis melhoras nos indicadores.

Dentre os critérios para a concessão da assistência financeira, conforme consta no artigo 3º da Resolução que cria o PROINFANCIA (BRASIL, 2007), destacam-se:

- Observância dos parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.

- No caso de construção, concordância do proponente em adotar o projeto executivo disponibilizado pelo FNDE.
- Aprovação de Plano de Trabalho pela Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE/FNDE).
- No caso de construção ou reforma, apresentação de documentos comprobatórios da propriedade do terreno, que deverá ter área compatível ao projeto solicitado.
- Demanda mínima de crianças não matriculadas (120 ou 240, conforme o Censo Escolar mais recente).

No caso de construção, além do projeto de implantação, o município é responsável pela licitação e monitoramento da obra, devendo publicar as informações no SIMEC. A solicitação é feita diretamente ao MEC no PAR e os documentos são enviados eletronicamente via SIMEC. Se aprovada, a transferência de recursos é efetuada por meio de repasse automático ou da celebração de convênio entre o FNDE e o município solicitante, o qual se compromete com a assunção de cerca de 1% do valor total da obra, como contrapartida. Após a construção da obra, a responsabilidade pela provisão de recursos e pelo funcionamento da escola infantil fica a cargo do executivo municipal.

Em 2011 o PROINFANCIA foi inserido na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2)⁴, quando o governo federal procurou agilizar os processos burocráticos para a execução das obras substituindo a exigência de convênio (que foi obrigatório até meados de 2011) pelo termo de compromisso para formalizar a adesão municipal, o que facilitou a liberação e a transferência dos recursos.

O gráfico 1 a seguir apresenta a distribuição dos convênios e termos de compromisso firmados pelos municípios desde a criação do Programa, considerando-se a primeira solicitação enviada. O ano com maior quantidade de convênios ou termos de compromisso foi 2011 (876). Verifica-se que a partir de 2015 ocorre um decréscimo brusco dos acordos firmados, enquanto que o ano de 2011 foi o de maior incidência de projetos aprovados, decrescendo até chegar a somente três adesões em 2016.

No intervalo abrangido pela pesquisa (consulta até 20 de julho de 2016), o primeiro município a firmar convênio com o MEC foi Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul

⁴ Em 2007, no segundo mandato do Presidente Lula, o governo federal criou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que estabeleceu as prioridades de investimento do governo federal nos próximos quatro anos. No primeiro momento o PAC focou principalmente obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética. Em 2011 o governo federal desenvolveu uma segunda fase do PAC (o chamado PAC 2), inserindo nele o PROINFANCIA.

(convênio N° 598064, com início da vigência em 17 de dezembro de 2007); e o último município foi Viçosa, em Minas Gerais (termo de compromisso N° 14743/2016, datado de 01 de junho de 2016).

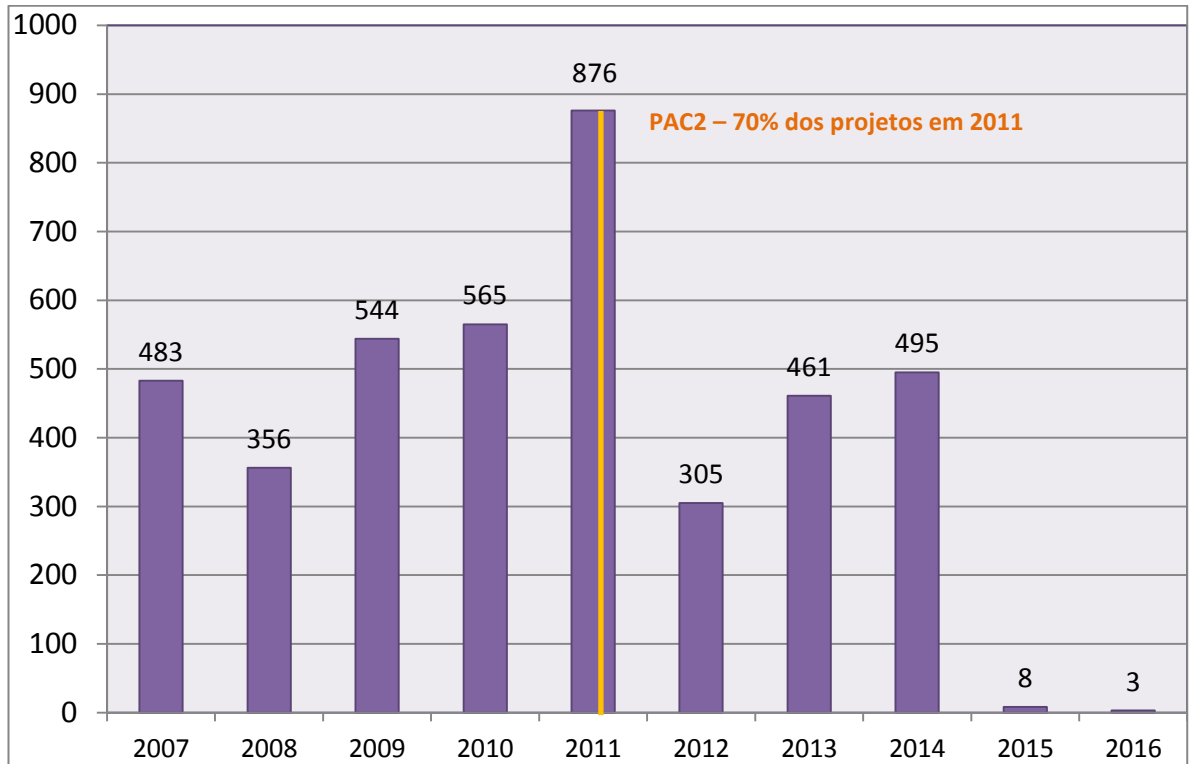


Gráfico 1 – Convênios e termos de compromissos firmados no PROINFÂNCIA (1º projeto), Brasil, de 2007 a 2016

Fontes: BRASIL. Portal da transparência dos recursos federais; BRASIL. MEC. SIMEC.

O gráfico 2 apresenta a distribuição percentual das adesões pelas regiões demográficas brasileiras. Percebe-se a maior participação proporcional dos municípios das Regiões Norte e Nordeste (84% e 79% dos municípios aderiram ao PROINFÂNCIA), ao passo que na Região Sudeste a participação foi menor (66% de municípios aderentes).

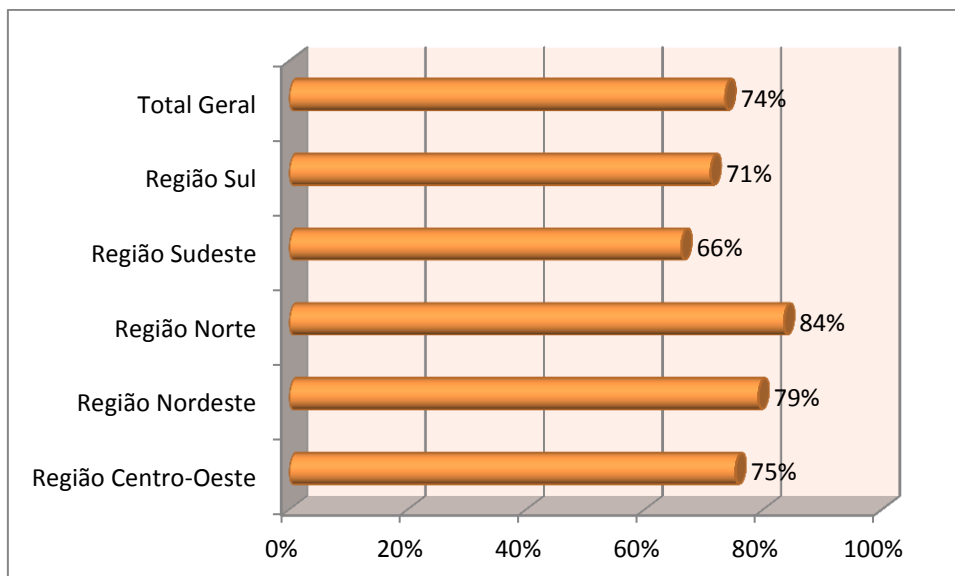


Gráfico 2 – Distribuição das adesões ao PROINFANCIA segundo as regiões demográficas brasileiras, de 2007 a 2016

Fontes: BRASIL. Portal da transparência dos recursos federais; BRASIL.MEC.SIMEC.

A seguir discutiremos os conceitos pertinentes ao assunto, para depois apresentarmos a metodologia e os principais resultados do estudo.

2 – OS CONCEITOS PERTINENTES AO ESTUDO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO EM INDICADORES E VARIÁVEIS

2.1 A implementação de políticas educacionais no marco do federalismo brasileiro

A literatura brasileira na área da *policy analysis* destaca que a produção de programas públicos acontece nos marcos de um desenho institucional federalista⁵, que condiciona as decisões dos atores governamentais (SOUZA, 2005, ARRETICHE, 2005, ALMEIDA, 2005, ABRUCIO; FRANZESE, 2011).

Ao analisar a nossa história republicana a partir das constituições federais, Souza (2005) identificou oscilações entre tendências e mecanismos mais ou menos descentralizadores, que ora limitavam ora expandiam a autonomia federal, configurando um processo que Almeida (2005, p. 37) caracterizou como “longo e espasmódico”.

Nesta trajetória, os ritmos e formatos dos processos descentralizadores foram condicionados pelo desenho de cada política e pela distribuição prévia e/ou regulamentada de competências e recursos entre os entes federados, como salientam Almeida (2005) e Souza

⁵ Para Rodden (2005, p. 17), Federalismo significa que “para algum subconjunto das decisões ou atividades do governo central torna-se necessário obter o consentimento ou a cooperação ativa das unidades subnacionais.”

(2005). Existe uma série de áreas de políticas sociais que é de competência partilhada entre os três níveis de governo, dentre elas, a cultura, a educação e a ciência (SOUZA, 2005).

No âmbito da educação básica, a partir da segunda metade da década de 1990 (com a promulgação da LDB em 1996 e do FUNDEF em 1997), os governos municipais passaram a ser provedores importantes deste nível educacional (juntamente com os estabelecimentos privados), ao mesmo tempo em que acessavam recursos federais provenientes de programas que, por um lado, concediam benefícios, por outro estipulavam sanções aos governos subnacionais (SOUZA, 2005, ALMEIDA, 2005). Até aquela década, a competência principal no ensino fundamental era dos governos estaduais.

As formas principais pelas quais os entes federados assumem a gestão de políticas públicas são: por iniciativa própria, por adesão a algum programa proposto por outro nível governamental mais abrangente e/ou por imposição legal. Mas o que levaria os municípios a aderirem a políticas formuladas por outra esfera governamental?

Na tomada de decisão acerca da adesão (ou não) a programas federais, quando avaliam as vantagens e desvantagens subjacentes, supõe-se que os municípios considerem a disponibilidade de recursos financeiros e administrativos próprios, a existência (ou não) de ações similares que consolidaram estruturas e conhecimento acumulado sobre determinada área de política (ou seja, o efeito de *feedback* ou o legado das políticas prévias), bem como a existência de indicadores que sinalizem a magnitude do problema.

As variáveis municipais são, portanto, levadas em conta na decisão sobre a participação em programas federais. É o que salienta Berman (2007), ao citar estudos sobre a adoção de políticas federais por prestadores locais, identifica os seguintes fatores envolvidos: o tipo de programa e os incentivos oferecidos aos executores; as características do público alvo; as condições econômicas, sociais e políticas do contexto mais geral ou local; bem como a proximidade dos objetivos programáticos federais com os interesses locais. Neste mesmo sentido, Arretche e Marques (2002), em estudo sobre os condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde, concluíram que as transferências federais não reduziram as desigualdades municipais quanto ao acesso a serviços públicos de saúde, pois as regras que as orientaram visavam mais a consolidação da própria descentralização do que a redução das diferenças entre os municípios. Neste sentido, as desigualdades intermunicipais influenciam a adesão (ou não) aos programas formulados em nível superior de governo, mas os resultados decorrentes destes últimos nem sempre impactam na redução dessas mesmas disparidades.

Além disso, os níveis superiores de governo elaboram estratégias de indução (através das prescrições legais, incentivos financeiros e assistência técnica) para assegurar a adesão dos governos locais, as quais são consideradas por Arretche (1996) e Souza (2004) como um fator fundamental para eles assumirem a provisão e a gestão de serviços sociais. Assim, a descentralização e a implementação em nível subnacional depende de estratégias de incentivo e corresponsabilização dos entes federados na condução das políticas públicas. Em síntese,

Considerando um leque possível de áreas de aplicação de recursos, esta decisão será o resultado de um **cálculo** no qual a **natureza da política**, o **legado das políticas prévias**, as **regras constitucionais** e a **existência de uma estratégia eficientemente desenhada e implementada por parte de um nível de governo mais abrangente** são componentes decisivos. (ARRETCHE, 1999, p. 119-120, grifos nossos).

Entre as características dos municípios e de suas prefeituras que repercutem na sua decisão por aderir ou não ao PROINFANCIA, destacamos as seguintes: a) capacidades estatais, b) ideologia e alinhamento partidário ao governo federal, c) contexto socioeconômico e demográfico.

Antes de as analisarmos, ressaltamos que estes mesmos fatores poderiam, no sentido inverso, serem considerados como aspectos explicativos de certa “autonomia” dos governos subnacionais, uma vez que, conforme salientado por estudos da área, a implementação local das políticas federais reserva pouca margem de manobra e negociação aos executivos municipais. Isto lembra uma perspectiva *top down* de se examinar os processos que atualizam as relações intergovernamentais, dentro de um esquema de Macro-implementação de políticas públicas (BERMAN, 2007).

Neste sentido, Abrúcio e Franzese (2011), ao estudarem os acordos realizados na forma de convênios entre a União e os governos subnacionais, verificaram que os termos são invariavelmente definidos pela esfera superior de governo, assemelhando-se mais a uma adesão por uma das partes, do que a uma negociação com liberdade de decisão. Já estudo do IPEA (2011, p. 140) menciona o restritivo “contrato de adesão” dos governos subnacionais para com a União, com o intuito de receberem transferências voluntárias.

Com efeito, as transferências voluntárias da União dificilmente escapam ao padrão de atendimento a ações previamente delineadas pelo próprio governo federal, por meio dos programas que ele elabora e anuncia e aos quais os estados, o DF e os municípios aderem ou não – e quase sempre o fazem, pois costumam necessitar dos recursos. Se, por um lado, essa configuração institucional restringe o regime de colaboração a praticamente um “contrato de adesão”, por outro, facilita o acesso a recursos federais, até mesmo por parte de UFs, que, de outra maneira, e até por conta de sua reduzida capacidade de gestão e de captação de recursos, pouco sucesso teriam em tal empreitada.

2.2. Características municipais relacionadas com a adesão (ou não adesão) a programas federais

a) Capacidades estatais

De forma geral, capacidade estatal remete à habilidade do Estado em definir objetivos e conseguir cumprí-los (BOSCHI; GAITAN, 2012), assemelhando-se ao conceito de governança do Estado, entendida por Diniz (1997, p. 13 *apud* BERNARDI, 2006, p. 78⁶) como sendo: “capacidade de ação do Estado na implementação das políticas públicas e na consecução das metas coletivas”.

No tocante à produção de políticas públicas, interessa repertoriar as “capacidades dos atores relevantes (Poder Executivo, Poder Legislativo e cidadãos) para garantir os padrões decisórios e alocativos compatíveis com o enfrentamento dos temas que frequentam as agendas econômicas e sociais dos países”. (BOSCHI; GAITAN, 2012, p. 12). Nesta linha, são habilidades para conduzir políticas eficientes, efetivas e sustentáveis (GRINDLE, 2004) e que atinjam os objetivos traçados (BERNARDI, 2006).

Os estudos sobre capacidades estatais abarcam múltiplas dimensões do conceito, por exemplo, Grindle (2004) estipula quatro aspectos: a) a institucional - habilidade de firmar e executar o amplo conjunto de regras que governam as interações entre economia e política; b) a técnica - habilidade mais geral de gerenciar a política macroeconômica e analisar as opções de política econômica; c) a administrativa - habilidade para fornecer bens e serviços tais como saúde e educação, providenciar infraestrutura física e cumprir as funções administrativas normais de governo; d) a política - habilidade para responder às demandas societais, canalizar e representar interesses difusos e incorporar participação social na tomada de decisões e na resolução de conflitos.

Todavia, Repetto (2004 *apud* BERNARDI, 2006⁷) argumenta que as habilidades administrativa e política seriam os componentes fundamentais da capacidade estatal, as quais tangenciam os demais aspectos. “A capacidade estatal – nas suas dimensões administrativa e política – pode ser entendida como a eficácia administrativa do aparato estatal, associada à mobilização de recursos de poder, distribuídos entre os diversos atores, para alcance dos objetivos oficiais expressos na política pública.” (BERNARDI, 2012, p. 78).

⁶ DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil 1985-1995*. Rio de Janeiro: Ed.: Fundação Getúlio Vargas, 1997 *apud* BERNARDI, 2006, p. 78.

⁷ REPETTO, Fabián. *Capacidad Estatal. Requisito para el Mejoramiento de la Política Social en América Latina*. Washington: BID-INDES, 2004 *apud* BERNARDI, 2006.

Dentro da dimensão administrativa Repetto (2004, p. 18 *apud* BERNARDI, 2006) insere os problemas de caráter técnico-burocrático, tais como: a) aqueles associados à organização interna e à designação de funções dentro do esquema operacional previsto para a execução do projeto; b) os derivados da falta de recursos físicos e financeiros, necessários para a realização das tarefas previstas; c) os atribuídos às políticas de pessoal e ao sistema de prêmios e sanções que marcam a execução do projeto; e, d) os derivados da capacidade individual insuficiente dos atores responsáveis por tarefas no marco do projeto, quanto à informação, motivação, conhecimento e habilidades requeridas para a realização das tarefas. Ao lado dos aspectos formais, existem os constrangimentos informais que podem gerar consequências negativas, a exemplo do aumento dos custos de transação nos casos de corrupção e fraude, da influência política, do *rent-seeking* e da ineficiência (REPETTO, 2004, *apud* BERNARDI, 2006).

A questão financeira é reconhecidamente um fator central a ser considerado na produção de políticas públicas, pois sem recursos não há como alcançar as metas estabelecidas e não se garante a sustentabilidade dos projetos. Remetendo à Di Giovanni (2009), a realização das políticas públicas depende do volume de recursos tributários arrecadados, fator indispensável para o financiamento das políticas públicas, e elemento central de sua estrutura material (que abrange as fontes de financiamento, os custos e os suportes da política)⁸. Neste sentido, a capacidade de arrecadar receita própria em nível local, ao lado da de captação de recursos externos, representa um importante aspecto da implementação de políticas públicas.

Todavia, embora a habilidade de arrecadar receita signifique um aspecto estrutural da capacidade estatal, para Bersch, Praça e Taylor (2012) ela não esclarece sobre a efetividade das burocracias estatais em implementar políticas públicas específicas. De fato, podem existir governos que são, ao mesmo tempo, bons arrecadadores e ineficazes na implementação de políticas voltadas à melhoria do bem-estar, devido, dentre outros motivos, à extrema politização da burocracia ou à corrupção.

Considerando que eficácia na obtenção de recursos não se confunde com efetividade na implementação de políticas públicas, incluímos, além do percentual de receitas tributárias arrecadadas, outros indicadores de capacidades estatais, buscando mapear a existência de estruturas e recursos municipais (para além dos financeiros propriamente ditos) relacionados

⁸ Entre as quatro estruturas elementares das políticas públicas, além da material, Di Giovanni (2009) inclui: formal (teoria, prática e objetivos), substantiva (atores, interesses e regras), simbólica (valores, saberes e linguagens).

com a implementação em nível local de políticas educacionais voltadas ao público entre zero e cinco anos de idade.

Na visão de Bernardi (2006, p. 239), uma estrutura organizacional forte e adequada, com servidores em número suficiente e devidamente qualificados é um importante recurso para o fortalecimento da capacidade estatal de coordenação, articulação e direção. A medida aqui utilizada computa a participação dos professores municipais de educação infantil sobre o total de professores desta etapa de ensino no município (de todas as redes educacionais, públicas e privadas), sem considerar formação e capacitação profissional.

Em síntese, consideramos capacidades estatais, no âmbito deste estudo, como a perícia dos governos quanto às competências fiscais/tributárias, administrativas e de implementação de políticas públicas específicas. No caso das prefeituras municipais, operacionalizamos o conceito através da capacidade estatal mais geral, de arrecadação de impostos e da mais específica, de produção (formulação e implementação) de políticas municipais de educação infantil (EI), por meio dos seguintes indicadores:

- a) Capacidade estatal geral para prospecção de recursos próprios => Variável: percentual da receita proveniente de impostos sobre o total de receitas correntes:
- b) Capacidade estatal de formulação e de implementação de políticas de educação infantil, com duas dimensões:
 - i. Priorização da educação infantil => Variáveis: existência de plano municipal de educação onde esteja incluída a área da educação infantil (variável *dummy*); e percentual de despesas com educação infantil em relação ao total de despesas em educação;
 - ii. Pessoal => Variável: percentual de professores de creche ou de pré-escola da rede municipal sobre o total de professores de educação infantil do município.

Essas duas últimas variáveis expressam a prioridade dada pelas prefeituras à educação infantil, bem como sinalizam o legado das políticas prévias que repercute na priorização da área e na continuidade dos investimentos, na reprodução e melhoria das estruturas educacionais existentes, trazendo, também, um acúmulo de conhecimento e de *expertise* no domínio específico da educação infantil pública.

b) Ideologia e alinhamento partidário

Conforme os economistas Arvate, Avelino e Lucinda (2008), em estudo sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros, a ideologia do partido influencia a produção de políticas públicas, pois supõe uma atenção privilegiada a setores que representam

o seu eleitorado. Desta forma, partidos situados no campo da esquerda, ao priorizarem os grupos mais pobres, tenderiam a favorecer um Estado maior e mais ativo, regulando os mercados e usando os gastos públicos para corrigir desigualdades, principalmente através das políticas sociais.

Por outro lado, segundo os economistas Vieira e Arvate (2008), em trabalho sobre as relações entre poderes executivos de duas esferas de governo nos períodos eleitorais, as transferências e repasses de recursos federais não têm caráter redistributivo, servindo como canal político entre os poderes executivos dos três níveis de governo, cujos representantes buscam expandir os recursos especialmente em anos eleitorais. Assim, o volume das transferências tende a ser maior para os prefeitos de partidos pertencentes à coalizão eleitoral dos governadores e presidente.

Nesta mesma linha, Amorim Neto (2000) ressalta que a coalizão partidária do governo federal, por ele entendida como a composição ministerial, é a base de apoio para a implementação de políticas sociais federais, a partir das quais os prefeitos podem obter recursos e dividendos políticos.

Além disto, a pressão do governo federal sobre as prefeituras, a fim de que participem dos programas nacionais e garantam a sua execução em nível local, é maior quando o partido do prefeito está alinhado à coalizão partidária federal.

Aqui foram consideradas como pertencentes ao campo esquerda (com valor 1 na variável *dummy*) as gestões que apresentaram um dos partidos – PT, PDT, PSB, PSTU e PCdoB - como partido do prefeito, conforme constavam nos registros da Pesquisa de Informações Básicas Municipais para os anos de 2005 e 2009 (MUNIC, variável “partido atual”). As informações relacionadas com partidos ausentes da lista acima foram consideradas como “0 – não esquerda”.

A indexação proposta está de acordo com as análises de: Coppedge (1997, no caso do PT e PSB), Arretche e Marques (2002), Carreirão e Kinzo (2004). Reflexão teórica sobre o uso do esquema esquerda-direita como síntese de orientações ideológicas pode ser encontrada em: Mainwaring e Torcal (2005).

Quanto à coalizão federal, a variável *dummy* foi elaborada com base na composição partidária dos ministérios (AMORIM NETO, 2000), nos respectivos governos federais.
2005 a 2008 (ano de referência = 2005) → PT, PMDB, PTB, PP, PV, PCdoB e PSB).
2009 a 2012 (ano de referência = 2009) => PT, PMDB, PTB, PP, PV, PCdoB, PDT e PSB.

Na linha das considerações acima supõe-se que as prefeituras cujo partido do prefeito é do campo da esquerda e integre a coalizão do governo federal recorram mais ao

PROINFANCIA, a fim de contarem com recursos para ampliar a oferta em educação infantil em seus municípios.

c) Contexto socioeconômico e demográfico

Além das capacidades estatais e da composição político-ideológica do Executivo municipal, outros fatores também interferem nas chances de adesão (ou não) ao PROINFANCIA, dentre eles as condições socioeconômicas e demográficas, classificadas como variáveis de controle.

Desde os primeiros estudos na área de análise de políticas públicas, os aspectos contextuais aparecem como fatores condicionantes da produção de políticas públicas, em todas as suas etapas. Um dos pioneiros, David Easton (1953, 1965), em sua abordagem sistêmica, destacava os *inputs* (demandas, recursos e apoio) provenientes do ambiente, os *withinputs* (demandas administrativas) e os *outputs* produzidos pelo sistema político, na forma de decisões e ações.

Dentre os autores já citados acima, Berman (2007) salienta as condições socioeconômicas, sociais e políticas que afetam a adesão dos governos locais a projetos formulados em níveis superiores de governo; e Arretche e Marques (2002) referem os condicionantes locais e as desigualdades municipais da descentralização das políticas de saúde.

Vários outros estudos sobre implementação também referem o contexto, dentre eles:

- a) Grindle (1980) sublinha que os limites e condicionantes do processo político ocorrem em função do conteúdo da política, do contexto político e do espaço administrativo onde a política é desenvolvida.
- b) No modelo de Walton e Gibson (1994) as variáveis a considerar são: os contextos macro (estrutural) e micro (setorial) nos quais a política acontece; o conteúdo da política; os atores sociais envolvidos; o processo de formulação e de implementação das ações governamentais.
- c) Em seu esquema Winter (2006) organiza os fatores que influenciam os *outputs* e os *outcomes* das políticas públicas, os quais abrangem: a formulação e o desenho da política; o processo de implementação e como ele afeta os resultados; as ações positivas ou negativas dos grupos-alvo na produção e regulação dos serviços públicos; e as condições presentes nos contextos socioeconômicos.
- d) Para Sampaio e Araújo Jr. (2006), além de um bom planejamento, a implementação de política pública requer a adequação das ações às conjunturas sociopolíticas e

econômicas, ao lado da constante negociação com a população a ser beneficiada, que possui interesses e convicções político-ideológicas próprias.

Após destacar a sua influência na produção de políticas públicas e dos seus resultados, apresentaremos, a seguir, as variáveis contextuais utilizadas no presente estudo, indicando como elas poderiam repercutir sobre as chances de adesão dos executivos municipais ao PROINFANCIA.

- Magnitude da população alvo: A população da faixa etária de zero até cinco anos de idade pode influenciar a chance de a prefeitura aderir, pois, por se tratar da população-alvo do Programa, e por abranger os intervalos etários previstos na lei 12.796/2013 revela a demanda latente, o *quantum* de vagas a ser providenciado.
 - Variáveis: População estimada⁹ de 0 a 5 anos de idade em 2007, Percentual de crianças de 0 a 3 anos na população de 2000, Percentual de crianças de 4 e 5 anos na população de 2000.
- O volume da demanda reprimida (o % de crianças nas faixas etárias dos zero aos três anos de idade e dos quatro e cinco anos de idade não matriculados em creche ou pré-escola) também desencadeia a busca por recursos.
 - Variáveis: % de crianças de 0 a 3 anos não matriculadas; % de crianças de 4 e 5 anos não matriculadas.
- Da mesma forma, aumentos populacionais identificados através da variação populacional de 2007 em relação a 2000 pressionam a oferta, repercutindo na demanda latente (isto é, a população alvo, independente da busca concreta por vagas por parte da família).
 - Variável: Variação populacional de 2007 em relação a 2000.
- Variáveis relacionadas com a urbanização dos municípios (taxa de urbanização e densidade demográfica) interferem na decisão por participar do PROINFANCIA, pois são as cidades mais urbanizadas e densamente povoadas as que possuem maior demanda por escolas de educação infantil, e assim, mais investem nestes equipamentos, embora sejam tolhidas pela insuficiência de recursos.
 - Variáveis: Taxa de urbanização 2000, Densidade populacional 2002.
- Pertencimento à área metropolitana e influência externa – Supõe-se que municípios metropolitanos e/ou com influência exterior à própria localidade (por exemplo, centros

⁹ Para este cálculo, aplicou-se o mesmo percentual da população de 0 a 5 anos em 2000 sobre a população total de 2007, para cada município.

regionais e de zonas específicas) possuem maior chance de aderirem ao PROINFANCIA devido à sua posição no contexto estadual e nacional, bem como à maior proximidade de centros econômicos, políticos e de instâncias governamentais de formulação/implementação de políticas públicas. Além disto, eles tendem a ser mais populosos do que os centros locais, e, portanto, possuem maior demanda latente por creche e pré-escola.

- Variável: influência externa, com as seguintes categorias: 0 – centro local, 1 – centro de zona ou regional, 2 – município metropolitano, 3 – capital de estado.
- Riqueza – Municípios com renda *per capita* elevada, portanto mais ricos, contam com recursos próprios para o atendimento educacional de crianças menores de seis anos, e por isto tendem a não recorrer ao PROINFANCIA. Esta variável está altamente correlacionada, em sentido negativo, com variáveis que representam a pobreza e a indigência. Ademais, provavelmente tais municípios não sejam considerados prioritários para a implementação do PROINFANCIA, uma vez que a indução federal pode agir no sentido de reduzir as desigualdades subnacionais no âmbito da educação infantil.
 - Variável: renda per capita em 2000

Desigualdade – Em municípios mais desiguais há maior demanda pela oferta pública em educação infantil, por isto eles provavelmente mais necessitem dos recursos federais para prover tal atendimento.

- Variável: Índice de Theil em 2000.
- Qualidade na educação básica – Municípios com melhor qualidade na educação básica, medida pelo IDEB, tendem a investir mais em políticas sociais e equipamentos educacionais, seja com recursos próprios, seja participando de ações federais, como o PROINFANCIA.
 - Variável: IDEB 2007.
- Vulnerabilidade social – Municípios com maior incidência de crianças com idade entre zero e seis anos morando em domicílios inadequados, que são, portanto, pobres, e com altos índices de mortalidade infantil representam os candidatos preferenciais das políticas sociais federais, prioritários para receber incentivos e acompanhamento técnico do governo federal. Além disto, parcela considerável de sua população depende das vagas existentes na rede pública de ensino. Desta forma, eles estariam mais propensos a aderir ao PROINFANCIA.

- Variáveis: % de crianças de 0 a 6 anos residido em domicílios inadequados 2000, Mortalidade infantil.

3 – METODOLOGIA

A fim de examinarmos os fatores condicionantes da adesão dos municípios brasileiros ao Programa PROINFANCIA construímos uma base de dados com variáveis para 5.566 municípios. Consideramos como adesão o envio do primeiro projeto ao MEC, uma vez que os municípios podem participar mais de uma vez no Programa. Segundo dados de nossa pesquisa, dos municípios que aderiram, 2.353 enviaram apenas uma solicitação (58%) e 1.743 mais de uma (42%).

A análise dos dados foi realizada através da regressão logística, que é usada quando a variável dependente é dicotômica, assumindo os valores 0 e 1, ou seja, uma *dummy*. Esta análise permitiu examinar as razões das chances¹⁰ de municípios que possuem certas características (representadas pelas variáveis independentes) terem aderido ao Programa no período 2007 a 2012, em comparação com os que não o fizeram. E, ainda, quais aspectos reduziram a chance de adesão. O modelo foi estimado através do software SPSS®.

Para a regressão logística delimitamos a adesão ao período 2007 a 2012, de forma a contemplar duas gestões municipais – 2005 a 2008, 2009 a 2012. Com este recorte abarcamos 3.129 municípios aderentes. Desta forma, os municípios aderentes após 2012 foram excluídos da análise, em um total de 967 casos. Como grupo de controle foram selecionados os municípios que nunca aderiram ao PROINFANCIA, em um total de 1.470 municípios. Então, a base de partida inicial para a realização da análise de regressão logística continha 4.599 municípios.

3.1 A variável dependente

A variável dependente foi a adesão ao PROINFANCIA no período 2007 a 2012, com os seguintes valores: 1 - referente à ocorrência do fenômeno investigado (na nossa pesquisa: aderiu ao PROINFANCIA no período, considerando o primeiro projeto encaminhado), 0 - sinalizando a não ocorrência (não aderiu ao PROINFANCIA). Para a sua construção foi necessário identificar o ano em que os municípios encaminharam suas propostas e projetos ao MEC/FNDE, o que foi possível através da consulta, município por município, às seguintes fontes de dados secundários: a) Portal da Transparência dos recursos federais (BRASIL.

¹⁰ Estatisticamente a chance (*odd*) de aderir seria a razão entre a probabilidade de aderir e a de não aderir. Já a chance de não aderir seria a razão entre a probabilidade de não aderir e a de aderir.

Portal da Transparência dos recursos federais), no caso dos convênios, até 2011; b) Termos de Compromissos firmados na vigência do PAC2, no SIMEC (BRASIL.MEC.SIMEC). Adicionalmente consultamos Relatórios específicos sobre o PROINFANCIA (especialmente sobre o PAR) disponibilizados no portal do MEC e FNDE, dos anos 2007 e 2008¹¹.

3.2 As variáveis independentes e procedimentos de ajuste do modelo

Os fatores condicionantes da adesão ao PROINFANCIA, ou seja, as variáveis independentes já apresentadas acima e que constam também em Apêndice, foram calculados com base em informações anteriores ao início da vigência do programa (no final de 2007), pois a fim de inferirmos causalidade as variáveis independentes devem ter sido medidas em momento anterior à dependente.

Para a realização da regressão logística, ainda, realizamos os seguintes de ajuste do modelo:

a) Casos faltantes e variáveis sem distribuição normal

Os *missings cases* das variáveis numéricas foram substituídos pela média dos valores. No caso das variáveis categóricas, os municípios foram excluídos.

As variáveis numéricas cujos valores não seguiam uma distribuição normal (desvio padrão superior à média) foram logaritmizadas, que foram as seguintes: Variação populacional 2007-2000, Densidade populacional 2000, População 0 a 5 anos estimada 2007, Proporção das despesas com educação infantil 2006, Mortalidade infantil até 01 ano 2002.

b) Testes de multicolinearidade

Através de correlações bivariadas foi possível estimar quais as variáveis estavam altamente correlacionadas com outras, através da verificação dos valores da correlação de Pearson iguais ou acima de 0,6. Uma das variáveis do par foi excluída, mas pode ser representada pela variável que permaneceu na análise.

¹¹ Relatórios acessados no portal do MEC e FNDE: a) PROINFANCIA pagos (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/proinfancia07.pdf>); b) Municípios que receberão autorização de pagamento do Proinfância no Ato do dia 19 de maio de 2008. Dados atualizados até 2/9/2008 (http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pagamento_proinfancia.pdf); c) Municípios que assinarão Convênio via PAR (ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pro_infancia/municipios_convênio_proinfancia_par.pdf); d) Municípios atendidos pelo programa Proinfância – 2007-2008 (ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pro_infancia/municipios_atendidos_pelo_proinfancia_2007a2008.pdf); e) 2008 – NOVOS CONVÊNIOS PROINFÂNCIA (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/proinfancia-listafinal.pdf>).

- c) Testes que sinalizaram antecipadamente a influência ou não das variáveis independentes sobre a dependente

A fim de selecionar apenas as variáveis que exerciam alguma influência sobre a variável dependente, efetuamos dois testes – o *Chi square* para o cruzamento entre as variáveis independentes categóricas e a dependente; e o Teste T¹² para comparação entre as médias das variáveis numéricas entre ambos os grupos de municípios (aderentes e não aderentes ao PROINFANCIA). Em ambos os testes, o ponto de corte foi a significância maior do que 0,05 ($p > 0,05$), o que nos permitiu retirar da análise as variáveis cuja influência sobre a adesão ao PROINFANCIA demonstrou ser pouco significativa em termos estatísticos.

Assim, após tais procedimentos, as seguintes variáveis foram excluídas da análise:

Variável excluída	Teste utilizado	Critério de exclusão
Proporção de crianças de 0 a 3 anos na população – 2000	Correlação bivariada	Multicolinear com % de crianças de 4 e 5 anos na população 2000, Coeficiente de Pearson = 0,734
Proporção de crianças de 0 a 6 anos residentes em domicílios inadequados – 2000	Correlação bivariada	Multicolinear com renda <i>per capita</i> , Coeficiente de Pearson = - 0,642
IDEB – 2007	Correlação bivariada	Multicolinear com renda <i>per capita</i> , Coeficiente de Pearson = 0,637
Proporção das receitas tributárias sobre as receitas correntes - 2000	Correlação bivariada	Multicolinear com renda <i>per capita</i> , Coeficiente de Pearson = 0,611
Alinhamento do partido do prefeito da gestão 2005 a 2008 à coalizão federal	Cruzamento com a variável dependente - Crosstab	Chi Square (significância) = 0,494
Existência de Plano Municipal de Educação incluindo educação infantil - 2006	Cruzamento com a variável dependente - Crosstab	Chi Square (significância) = 0,215
Proporção de crianças de 4 e 5 anos na população – 2000	Compare means – Independent Sample Test	Levene's Test for Equality of Variances (significância) = 0,743
Proporção de despesas com educação infantil sobre o total de despesas em educação – 2006 (logaritimizada)	Compare means – Independent Sample Test	Levene's Test for Equality of Variances (significância) = 0,733
Varição populacional de 2007 em relação a 2000 (logaritimizada)	Compare means – Independent Sample Test	Levene's Test for Equality of Variances (significância) = 0,138

Quadro 1 – Testes de adequação das variáveis independentes ao modelo

Fonte: Autora.

Assim, das 22 variáveis independentes iniciais, restaram 13, conforme aparecem no Apêndice 1.

4 – RESULTADOS

Os resultados da regressão logística demonstram que o modelo estimado explicou 42% da variância da adesão dos municípios ao PROINFANCIA no período 2007 a 2012.

¹² Independent Sample Test.

Em primeiro lugar, verificamos que as seguintes variáveis independentes não interferiram nas chances de adesão ao Programa, cujas respectivas significâncias (Sign.) na Regressão logística ultrapassaram 0,05 ($p > 0,05$):

V2 – Influência 2007 – categoria 1 (centro de zona ou regional; Sign. = 0,114)

V2 – Influência 2007 – categoria 3 (capital; Sign. = 1,69)

V4 – Ideologia 2009 (Ideologia do partido do prefeito na gestão 2005 a 2008, Sign.=0,606)

V14 – Theil 2000 (Índice de Theil, Sign.=0,541)

V15 – Renda_capita 2000 (Renda per capita, Sign.=827)

V17 – Mort_2002log (Mortalidade até 1 ano de idade, logaritmizada, Sign.=666)

Em contrapartida, as variáveis que influenciaram as chances de adesão aparecem nas tabelas a seguir, onde a primeira coluna identifica as variáveis, a segunda coluna apresenta a significância estatística e a terceira o "Exp(B)"¹³.

Como se percebe na tabela 1, o fato do município ser metropolitano aumentou em 14,553 vezes a chance de adesão ao PROINFANCIA. Em seguida aparece a população estimada de 0 a 5 anos de idade, ampliando em 9,555 vezes a chance de adesão, seguida da demanda reprimida de 4 e 5 anos de idade (crianças não matriculadas em escolas), com 2,398 vezes. As últimas variáveis, que apresentaram valores aproximados de Exp(B), foram: população urbana (1,49 vezes), ideologia do partido do prefeito na gestão 2005 a 2008 (1,276 vezes) e alinhamento à coalizão federal da gestão 2009 a 2012 (1,17 vezes).

Tabela 1 – Variáveis que aumentaram as chances de adesão ao PROINFANCIA no período 2007 a 2012

Variáveis	Significância (Sig.)	Exp(B)
V2 Influência 2007 – (categoria 2: município metropolitano)	0,012	14,553
V7 – Estimativa0a5_2007log	0,000	9,550
V20 – Demanda4e5_2007	0,002	2,398
V8 - Popurb2000	0,041	1,490
V3 – Ideologia2005	0,022	1,276
V6 – Coalizão2009	0,052	1,170

Fonte: Pesquisa. Regressão logística.

Três variáveis independentes reduziram as chances de adesão ao PROINFANCIA. Em primeiro lugar aparece o percentual de professores municipais sobre o total de professores da

¹³ "Exp(B)" representa a extensão e o sentido da influência da variável correspondente sobre as razões de chance. Quando o valor for igual ou maior que 1, a variável aumenta as razões de chance, quando menor do que 1, ela as reduz.

educação infantil, que reduziu em 67% as chances de adesão. Em seguida vem a densidade populacional, repercutindo 66% na redução das chances de adesão ao PROINFANCIA. Por último e de forma contra intuitiva, aparece a demanda reprimida de 0 a 3 anos de idade, que reduziu em 42,5% as chances de adesão ao Programa.

Tabela 2 – Variáveis que reduziram as chances de adesão ao PROINFANCIA no período 2007 a 2012

Variáveis	Significância (Sig.)	Exp(B)
V13 – ProfEImun2007	0,019	0,666
V9 – Densidade2002log	0,000	0,664
V21 – Demanda0a3_2007	0,027	0,425

Fonte: Pesquisa. Regressão logística.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os resultados da análise de regressão demonstraram que renda *per capita*, desigualdade social (Índice de Theil) e vulnerabilidade social (% de crianças de 0 a 6 anos morando em domicílios inadequados e mortalidade infantil) não interferiram na adesão ao PROINFANCIA. Também não influenciou a posição do município no espaço estadual quanto a serem centros locais, de zona ou regionais, ou, ainda, capitais.

Entre os fatores que reduziram as chances de adesão destacaram-se: a demanda não atendida de 0 a 3 anos, o percentual de professores de educação infantil da rede municipal, e a densidade populacional. A primeira variável ao contrário do que era esperado, entretanto, conforme prescreve a legislação mais recente, na faixa etária de 4 e 5 anos os municípios precisam prover o atendimento integral até o final de 2016, enquanto que para crianças de 0 a 3 anos a meta é cobrir 50% da demanda. A segunda variável confirma a hipótese de que a presença expressiva de professores de educação infantil da rede municipal (uma capacidade estatal das prefeituras municipais) desestimularia a busca pelo PROINFANCIA. Por outro lado, municípios com maior densidade populacional (habitantes por Km²) não tenderiam a participar do PROINFANCIA.

Entre os fatores que interferiram nas chances de adesão, há uma combinação de localização no território estadual (municípios metropolitanos) e urbanização, ou seja, seriam municípios mais urbanizados (com concentração da população no perímetro urbano) e pertencentes às regiões metropolitanas das capitais (com exceção das últimas) os mais propensos a aderir. Todavia, embora mais urbanizados, não são municípios com alta densidade populacional, como já visto anteriormente.

Outras características municipais que aumentaram as chances de adesão foram: população de 0 a 5 anos (logaritmizada) e com maior demanda reprimida na faixa dos 4 e 5 anos de idade, conforme previsto. Tanto a população alvo – crianças de 0 a 5 anos de idade – quanto a demanda reprimida (o não atendimento) de 4 e 5 anos de idade – que é faixa prioritária – são fatores que pesam na decisão das prefeituras municipais por aderir ao PROINFANCIA.

A dimensão partidária (quanto à ideologia do partido do prefeito e o seu alinhamento à coalizão federal) demonstrou-se ambivalente. Embora com peso inferior às variáveis supracitadas, na gestão municipal 2005 a 2008 sobressaiu-se a ideologia, indicando que as prefeituras cujo partido do prefeito situava-se no campo da esquerda buscaram mais o PROINFANCIA. Todavia, na gestão municipal 2009 a 2012 a ideologia não interferiu, mas sim o alinhamento à coalizão federal, também com peso inferior às outras variáveis influentes. Quanto a estes resultados, seria interessante em próximos trabalhos, investigar a influência isolada dos partidos situados no campo de esquerda, em especial do PDT, partido que esteve presente na coalizão federal apenas no período da gestão municipal 2009 e 2012.

Em síntese, os resultados da análise de regressão logística permitem concluir que os fatores principais que influenciam as chances de adesão dos municípios ao PROINFANCIA:

- As **características da política pública**, especialmente as determinações legais quanto à prioridade de atendimento (em especial, da faixa etária entre 4 e 5 anos de idade), e as estratégias de indução do governo federal (os recursos e assistência técnica oferecidos, a flexibilização do formato da cooperação com a inserção do PROINFANCIA no PAC2, que instituiu o termo de compromisso em detrimento de convênio),
- **A posição do município no espaço estadual**, ou seja, prevalecem municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas das capitais.
- **A participação relativa das crianças de 0 a 5 anos de idade na população total** (variável demográfica), e a magnitude da **demanda reprimida** na faixa etária prioritária (4 e 5 anos).
- E, ainda influentes, embora com peso menor: municípios mais urbanizados, com partidos de esquerda na gestão municipal de 2005 a 2008 e pertencentes à coalizão federal na gestão 2009 a 2012.

Ao passo que municípios com maior proporção de professores municipais de educação infantil, mais densos e com maior percentual de crianças de 0 a 3 anos de idade aderiram menos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luís; FRANZESE, Cibele. *Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil*. s/d. Disponível em: http://www.defesasocial.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/pape-r-federalismo-fernando-abrucio.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a federação? In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 29-40, 2005. (Dossiê Federalismo)

ALMEIDA, Marina. Corrida contra o Atraso: PAC2 prevê a construção de 6 mil novas unidades de educação infantil, com investimentos de R\$ 7,6 bilhões. *Revista Escola Pública* (online), edição 33, abril de 2013. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/15/artigo246377-1.asp>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000.

ARRETCHE, Marta. *Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

ARRETCHE, Marta. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 9-27, junho 2005. (Dossiê Teoria Política)

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 455-479, 2002.

ARVATE, Paulo Roberto; AVELINO, George; LUCINDA, Cláudio Ribeiro. Existe Influência da Ideologia sobre o Resultado Fiscal dos Governos Estaduais Brasileiros? *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 789-814, out./dez. 2008.

BARBOSA, Maria Carmen et al. *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

BARBOSA, Maria Carmen; GEHLEN, Ivaldo; FERNANDES, Susana Beatriz. A oferta e a demanda de educação infantil no campo: um estudo a partir de dados primários. In: BARBOSA, Maria Carmen et al. *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 71-105.

BERMAN, Paul. El estudio de la macro y micro-implementación. In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. *La implementación de las políticas*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2007. p. 281-317.

BERNARDI, Mônica M. Esteves. Capacidade estadual de governo na política de assistência social: um exame do projeto estruturador “Inclusão social de famílias vulnerabilizadas”. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2006.

BERSCH, Katherine Schlosser; PRAÇA, Sérgio; TAYLOR, Matthew M. *An Archipelago of Excellence? Autonomous Capacity among Brazilian State Agencies*. Paper presented at the Princeton University – Universidade de São Paulo Conference on “State Capacity in the Developing World”, São Paulo, Brazil, February 2012.

BLOG DO PLANALTO. *Governo construirá 718 creches do PAC 2; outras 54 foram entregues*. Brasília, 24/03/2011. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/governo-construira-718-creches-do-pac-2-outras-54-foram-entregues/2>. Acesso em: 24 maio 2013.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. *Brasil e os atores emergentes em perspectiva comparada: capacidades estatais e a dimensão político-institucional*. Brasília: CDES; Ipea, 2012. (Documento para Discussão). Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/documento/3314870/brasil-e-os-atores-emergentes-em-perspectiva-comparada-capacidades-estatais-e-a-dimensao-politico-institucional-29112012.html>>, Acesso em 05 de junho de 2016.

BRASIL. *Lei Nº 10.172*, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 10 de julho de 2013.

BRASIL. *Lei Nº 11.107*, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm. Acesso em: 20 de julho de 2016.

BRASIL. *Lei Nº 6.017*, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm. Acesso em: 20 de julho de 2016.

BRASIL. *Lei Nº 6.494*, de 30 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Pro-Infância. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6494.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

BRASIL. *Emenda Constitucional Nº 59*, de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 20 de março de 2013.

BRASIL. *Lei nº 12.796*, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: 2013. Disponível em: <http://redebrasil.com/lei-1279613-lei-no-12-796-de-4-de-abril-de-2013/>. Acesso em: 21 de março de 2013.

BRASIL. *Lei Nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 de julho de 2016.

BRASIL. *Portal da transparência nos recursos federais*. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: dezembro 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). CONSELHO DELIBERATIVO. *Resolução Nº 6, de 20 de abril de 2007*. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3130-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-6-de-24-de-abril-de-2007>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). *PROINFANCIA*: Apresentação. Brasília: s/d. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). *Ação Proinfância*. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de julho de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). *Termos de Compromisso*. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/par/carregaTermos.php>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). *Portal do FNDE*. Proinfância. Disponível em: <Http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>. Acesso em: 28 de julho de 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, no 1, 2004, p. 131 a 168.

COPPEDGE, Michael. *A Classification of Latin American Political Parties*. Working Paper # 244. Kellogg Institute, November 1997.

DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa - NEPP*, Unicamp, n. 82, p.1-32, 2009.

EASTON, D. (1953). *The Political System*. New York: Alfred A. Knopf, Inc., p.129.

EASTON, D. (1965). *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley and Sons Ltd..

GRINDLE, Merilee. Good Enough Governance: Poverty Reduction and Reform in Developing Countries. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 17, p. 525-548, 2004.

GRINDLE, Merilee. Policy content and context in implementation. In: *Politics and policy implementation in the Third World*. 1980. p. 3-39.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Capítulo 4: Educação. Brasília: 2011, p. 129-164. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf. Acesso em: 05 de março de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Proporção do investimento público em educação por nível de ensino* (tabela). Brasília: s/d. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.i.p._nivel_ensino.htm. Acesso em: 26 de julho de 2013.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 221-260.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249-286.

MEC MUDA CRITÉRIOS PARA FAZER DESLANCHAR PROGRAMA DE CRECHES. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 de março de 2011. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/14067/mec-muda-criterios-para-fazer-deslanchar-programa-de-creches>. Acesso em: 30 de julho de 2013.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e Descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 9-27, 2005. (Dossiê Federalismo)

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen *et al.* *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 13-69.

SAMPAIO, Juliana; ARAÚJO JR, José Luís. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 6, n. 3, p. 335-346, 2006.

SCHABBACH, Leticia M.; RAMOS, Marília 2013. Fatores determinantes da implementação do PROINFANCIA no Rio Grande do Sul. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013, Águas de Lindóia - São Paulo.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 105-121, 2005. (Dossiê Federalismo)

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

VIEIRA, Fausto J. A.; ARVATE, Paulo Roberto. *Eleições municipais: como interagem os prefeitos e as outras esferas de governo para alcançar maior sucesso nas urnas*. Trabalho apresentado no XXXVI Encontro da Ass. Nac. dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Salvador: 2008. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211138360.pdf. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

WALT, Gil; GILSON, Lucy. Reforming the health sector in developing countries: the central role of policy analysis. *Health policy and planning*, v. 9, n. 4, p. 353-370, 1994.

WALT, Gil; GILSON, Lucy. Reforming the health sector in developing countries: the central role of policy analysis. *Health Policy and Planning*, v. 9, n. 4, p. 353-370.

WINTER, SØREN. Implementation. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (ed.). *Handbook of Public Policy*. 2006. SAGE Publications. 13 May. 2010. <http://www.sage-reference.com/hdbk_pubpolicy/Article_n24.html

APENDICE 1 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Código	Descrição	Fonte	Situação
V1PlanoEI2006	Existência de Plano Municipal de Educação incluindo educação infantil - 2006 (1 = tem, 0 = não tem)	IBGE. Munic 2006	<i>Excluída</i>
V2Influencia2007	Influência externa em 2007 (0 = centro local, 1 = centro de zona ou regional, 2 = município metropolitano, 3 = capital)	IBGE.REGIC2007	Incluída
V3Ideologia2005	Ideologia do partido (atual) do prefeito na gestão 2005 a 2008 (1 = esquerda, 0 = não esquerda)	IBGE.MUNIC2005	Incluída
V4Ideologia2009	Ideologia do partido (atual) do prefeito na gestão 2009 a 2012 (1 = esquerda, 0 = não esquerda)	IBGE.MUNIC2009;TSE (casos faltantes)	Incluída
V5Coalizao2005	Alinhamento do partido do prefeito da gestão 2005 a 2008 à coalizão federal (1 = alinhado, 0 = não alinhado)	IBGE.MUNIC2005	<i>Excluída</i>
V6Coalizao2009	Alinhamento do partido do prefeito da gestão 2009 a 2012 à coalizão federal (1 = alinhado, 0 = não alinhado)	IBGE.MUNIC2009;TSE (casos faltantes)	Incluída
V7Estimativa0a5_2007log	População de 0 a 5 anos de idade, estimada – 2007 (logaritimizada)	IBGE. Censo demográfico 2000; Contagem populacional 2007.	Incluída
V8Popurb2000	Proporção da população urbana - 2000	IBGE. Censo demográfico 2000	Incluída
V9Densidade2002log	Densidade populacional – 2000 (logaritimizada)	IBGE. Área 2002; Contagem populacional 2007	Incluída
V10Var2007_2000log	Varição populacional de 2007 em relação a 2000 (logaritimizada)	IBGE. Censo demográfico 2000; Contagem populacional 2007.	<i>Excluída</i>
V11Receitatribu2000	Proporção das receitas tributárias sobre as receitas correntes – 2000	IPEADATA. 2000	<i>Excluída</i>
V12Despes2006	Proporção das despesas com educação infantil sobre o total de despesas em educação – 2006 (logaritimizada)	MEC.FNDE.SIOPE. Ano de 2006	<i>Excluída</i>
V13ProfEImun2007	Proporção de professores da rede municipal sobre o total de professores de educação infantil – 2007	INEP.Censo Escolar 2007. Microdados	Incluída
V14Theil2000	Índice de Theil – 2000	IPEADATA.2000	Incluída
V15Renda_capita2000	Renda <i>per capita</i> - 2000	IPEADATA.2000	Incluída
V16Crianaspobres2000	Proporção de crianças de 0 a 6 anos residentes em domicílios inadequados – 2000	IBGE. Censo Demográfico 2000	<i>Excluída</i>
V17Mort_2002log	Taxa de mortalidade até 01 ano – 2002	DATASUS 2002	Incluída
V18IDEB2007	IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – 2007	INEP. IDEB 2007	<i>Excluída</i>
V19Per0a3_2000	Proporção de crianças de 0 a 3 anos na população – 2000	IBGE. Censo Demográfico 2000	<i>Excluída</i>
V20Per4e5_2000	Proporção de crianças de 4 e 5 anos na população – 2000	IBGE. Censo Demográfico 2000	Incluída
V21Dem0a3_2007	Demanda reprimida de 0 a 3 - Proporção de crianças de 0 a 3 anos não matriculadas em escola (população nesta faixa etária estimada para 2007) - 2007	INEP. Censo Escolar 2007. Microdados; IBGE. Censo Demográfico 2000; Contagem populacional 2007	Incluída
V22Dem4e5_2007	Demanda reprimida de 4 e 5 = Proporção de crianças de 4 e 5 anos não matriculadas em escolas (população nesta faixa etária estimada para 2007) - 2007	INEP. Censo Escolar 2007. Microdados; IBGE. Censo Demográfico 2000; Contagem populacional 2007	Incluída

APENDICE 2 – PRINCIPAIS RESULTADOS DA REGRESSÃO LOGÍSTICA

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	42,049	8	,000

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	V2Influencia 2007			30,168	3	,000	
	V2Influencia 2007(1)	1,676	1,060	2,497	1	,114	5,344
	V2Influencia 2007(2)	2,678	1,063	6,343	1	,012	14,553
	V2Influencia 2007(3)	1,467	1,067	1,890	1	,169	4,336
	V3Ideologia2005	,244	,107	5,229	1	,022	1,276
	V4Ideologia2009	-,052	,101	,266	1	,606	,949
	V6Coalizao2009	,157	,081	3,776	1	,052	1,170
	V7Estimativa0a5_2007log	2,256	,118	368,050	1	,000	9,550
	V8Popurb2000	,399	,196	4,161	1	,041	1,490
	V9Densidade2002log	-,409	,079	26,668	1	,000	,664
	V13ProfEImun2007	-,406	,173	5,508	1	,019	,666
	V14Theil2000	,234	,384	,373	1	,541	1,264
	V15Renda_capita2000	,000	,001	,048	1	,827	1,000
	V17Mort_2002log	,066	,153	,187	1	,666	1,068
	V21Dem0a3_2007	-,856	,387	4,897	1	,027	,425
	V22Dem4e5_2007	,875	,280	9,775	1	,002	2,398
	Constant	-7,320	1,271	33,155	1	,000	,001

a. Variable(s) entered on step 1: V2Influencia, V3Ideologia2005, V4Ideologia2009, V6Coalizao2009, V7Estimativa0a5_2007log, V8Popurb2000, V9Densidade2002log, V13ProfEImun2007, V14Theil2000, V15Renda_capita2000, V17Mort_2002log, V21Dem0a3_2007, V22Dem4e5_2007.